



Maria de Lurdes Pintasilgo:

Governo não se identifica com grupos de esquerda

Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou que a primeiro-ministro, e com ela o Governo, não identifica com grupos de esquerda. Especificamente, não se reconhece «em qualquer das formações políticas que, actualmente, representam a esquerda em Portugal».

No entanto, considerou a primeiro-ministro em entrevista ao semanário francês «Temoignage Chrétien», existem «pontos de encontro» entre o seu projecto de sociedade e o dos partidos de esquerda. «projecto que não será altura de colocar em prática», atendendo «ao contexto institucional em que se situa a acção do Governo», ou seja, o da preparação de eleições.

Embora referindo que o seu projecto político «não se enquadra num esquema de divisão entre esquerda e direita», comentaria que, porém, «a nomeação para o cargo que ocupa representaria para a esquerda nova possibilidade», razão pela qual se distancia desta área política.

Maria de Lurdes Pintasilgo, ao mesmo tempo, salientou, que Ramalho Eanes nunca enunciou o propósito de a colocar a liderar um partido presidencial, respondendo, assim, a primeiro-ministro a uma pergunta sobre esta matéria. Alas, diria, que a sua opção pessoal vai, segundo acrescentou, «para a política não profissional».

Admitiria, entretanto, que a sua posição é possível de levar a afrontamentos entre os partidos, que classificou de «indispensáveis à evolução das

democracias», ainda que, em sua opinião, «a sociedade ficaria terrivelmente mutilada se tudo o que é político fosse esgotado pela acção dos partidos».

Por outro lado, observaria que «um dos domínios em que o Governo poderá agir será o da lei de base do Serviço de Saúde», desta cando, simultaneamente, que, no plano económico, «o Executivo quer criar condições para que aos seus sucessores se imponha a escolha entre duas teses que há muito se confrontam». Uma, diz-e, «apontando o caminho da auto-suficiência alimentar», outra «o do desenvolvimento de dois ou três sectores industriais susceptíveis de se tornarem competitivos no exterior».

Do mesmo modo, aludiu à necessidade de Portugal «renegociar certos empréstimos estrangeiros» a partir duma base de «plena soberania».

Em relação à integração na CEE, Maria de Lurdes Pintasilgo preconizou que «não se confunda com a formação de um bloco político» e, sobre as relações com Angola e Moçambique, sublinharia que os contenciosos com estas ex-colónias terão de ser resolvidos «por negociações que se situem num quadro entre estados soberanos».

Pronunciando-se ainda sobre a Reforma Agrária, a primeiro-ministro reiterou a intenção «de se proceder a devoluções, mas só em certos casos e em determinadas condições», entre as quais citou «a de os proprietários explorarem directamente a terra».